



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	3 Agosto	DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



Dona Maria III

Um Governo condenado à "esquerda"

De pouco valerá a Maria de Lurdes Pintasilgo o pretender-se alheia à velha dicotomia "esquerda-direita": a situação política que se vive já demonstrou que esses "luxos" ideológicos não se permitem

Diogo Pires Aurélio

Sobre o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, os dados escassos, praticamente, lançados, pelo menos no que toca à atitude que as diversas forças políticas vão assumir. O facto de o seu Programa só agora estar a ser elaborado interessa pouco para a questão, como, de resto, tem acontecido com todos os executivos que o precederam. Já se sabe que a Aliança Democrática lhe vai ser hostil, seja qual for o sentido do voto que venha a decidir no Parlamento, da mesma forma que o PS, o PCP e a ASDI lhe facilitarão a tarefa, por maiores que sejam as reticências que lhe venham a pôr. Embora os dirigentes partidários continuem todos a dizer que só depois é que decidem, tornou-se evidente que isso não passa de recados para outrém; que não o Governo, destinem-se eles ao Presidente

da República ou ao eleitorado. As motivações que presidem a esse leque de atitudes também não são difíceis de compreender, pois são os próprios quem se encarregam de as ditar. O PSD e o CDS gostariam que o Governo Mota Pinto continuasse em funções; o PS, gorada a possibilidade de voltar agora ao Poder e evitar as intercalares, dá-se por satisfeito por o executivo se deslocar da área Mota Pinto e, em princípio, convergir noutra que lhe será menos desfavorável; quanto ao PCP, o raciocínio não será muito diferente, a não ser no que respeita às eleições, que os comunistas nunca afastaram do número das hipóteses que lhe agradariam; finalmente a ASDI, na impossibilidade de obter um apoio mais explícito do Presidente para o desejado Governo com o PS, acabou por ver algumas das suas figuras de

proa nos lugares fulcrais de um Governo que é de exclusiva responsabilidade presidencial. Nenhuma destas razões tem grandemente a ver com o Programa que, dentro em breve, estará na Assembleia. Elas estarão, por assim dizer, a simples indigitação de Maria de Lurdes Pintasilgo, desencadeando na cena política elementos tão indiferentes ao Governo dos próximos 100 dias como o anúncio da recusa de apoio a Ramalho Eanes, por parte dos partidos da Aliança, nas próximas eleições presidenciais. Deste modo, a discussão ficou, à partida, bloqueada e com um destino que ameaça desembocar na quadratura do círculo: a direita ataca porque a esquerda apoia, a esquerda não desapoia porque a direita ataca. Para além disto, há os rótulos que a Aliança Democrática continua a atribuir ao Governo, não pa-

recendo, de resto, com imaginação suficiente ou possibilidade de os ir ajustando à evolução da situação. E há as reticências, pouco convincentes, do Partido Socialista, que tudo indica serem mais destinadas a Belém do que a São Bento. Foi neste cenário que o primeiro-ministro se apresentou face à opinião pública, trazendo, sobretudo na última conferência de Imprensa, alguns dados novos à situação que os partidos, sobretudo os que se lhe têm oposto, não parecem ainda ter assimilado devidamente, a avaliar pelas respostas que lhe deram e que, no essencial, se limitam a repetir os rótulos iniciais, menos políticos que ideológicos. Poder-se-ia mesmo dizer que o primeiro trunfo com que Maria de Lurdes Pintasilgo jogou foi o efeito surpresa e a neutrali-

(Cont. na página seguinte)



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

TIÇIAS



Fundação Cuidar o Futuro

Um Governo condenado à “esquerda”

(Cont. da página anterior)
 «dade actuante» que quer para o seu Governo e que começou já ela mesma a praticar. Talvez se pense que a dureza da Aliança Democrática pretende ser, precisamente, a resposta adequada a essa «ofensiva». Mas, pelos vistos, uma tal atitude, mais do que prejudicar a imagem do primeiro-ministro, só vem reforçá-la. Porque seria, obviamente, muito mais difícil para Maria de Lurdes Pintasilgo afirmar-se num ambiente político disposto a asfixiá-la pelo silêncio do que num clima de guerra em que, ainda por cima, os seus adversários começaram por jogar com armas que podem virar-se contra eles próprios, como foi a recusa de comparecerem à audiência para que tinham sido convidados em Catalazete.
 Perante qualquer outra per-

sonalidade, seria fácil e lógico o esquema de «combate» a utilizar: empurrar o mais à esquerda possível um Governo que vai ser obrigado a tomar medidas impopulares, e alargar assim as responsabilidades dessa mesma esquerda na crise nacional, a fim de que a necessidade do voto na Aliança se tornasse mais clara para os eleitores. Acontece, porém, que esse esquema sai relativamente baralhado em face da actual chefe do Governo. Desde logo, e por mais epítetos com que se pretendam atirá-la para áreas ideológicas marcadamente à esquerda, ela tem a seu favor a imagem de católica, o que vem complicar bastante a tarefa dos opositores ao bloco «marxista-ateu»; por outro lado, é mulher, o que não será totalmente indiferente para mais de 50 por cento do eleito-

rado, seja qual for o quadrante político em que se situe. Mas além de ser católica e de ser mulher, Maria de Lurdes Pintasilgo já demonstrou, nestes poucos dias em que é primeiro-ministro, possuir em alto grau a capacidade de suscitar adesões à primeira vista e de convencer os mais renitentes. Tudo isto posto a funcionar em altura de eleições, é evidente que deixa em situação incómoda quem pretender abrir caminho eleitoral à custa de denegrir o actual Governo, mesmo que a primeiro-ministro deixasse sem resposta os ataques que lhe forem feitos, o que, pelo menos até aqui, não tem sido o caso.

Condicionada por este ambiente político, de pouco valerão à primeiro-ministro as declarações de independência perante a direita, a esquerda e o

centro, como fez na já citada conferência de Imprensa, até porque uma certa esquerda parece apostada, contra o que seria de esperar da sua apregoada experiência estratégica, em seguir, relativamente ao V Governo, o que a direita fez até ao fim em relação ao IV. É verdade que, em última instância, essa questão diz muito mais respeito aos partidos que têm de disputar as eleições do que ao Governo que até lá terá de governar. Mas também é verdade que essa governação não será indiferente às eleições. Como é óbvio, não nos referimos apenas ao controlo do sufrágio, que será a função primordial deste Governo. É que tudo o mais que ele fizer, e sobretudo aquilo que venha a revestir-se de efeitos a médio prazo, terá também implicações no imediato das eleições.